

Nuno Porto, *O Corpo, a Razão, o Coração. A Construção Social da Sexualidade em Vila Ruiva*, Lisboa, Escher, 1991.

0. No panorama árido da divulgação de estudos sobre a sociedade portuguesa, a nova colecção da Escher, dirigida por Raul Iturra, "A Aprendizagem para além da Escola", merece destaque. Situados na área da Antropologia Social, os estudos já publicados nesta colecção abordam a temática da interpenetração de um conhecimento "oficial", centrado na prática da escrita e transmitido pelos aparelhos estatais, com um conhecimento cultural (=a local), adquirido pela partilha de uma memória oral colectiva, procurando analisar os papéis destes dois tipos de saberes na (re)produção quotidiana dos indivíduos e das populações.

Depois de um primeiro volume de ensaios de Raul Iturra sobre o insucesso escolar, a colecção tem sido dedicada à publicação das pesquisas que uma equipa de antropólogos, dirigida por este mesmo autor, desenvolveu durante dois anos em Vila Ruiva, aldeia do distrito de Viseu.

Fugindo ao esquema habitual da monografia única, que dá conta da multiplicidade de aspectos que a organização social do grupo estudado comporta, a monografia de Vila Ruiva desdobra-se em quatro linhas de investigação, desenvolvidas por cada um dos membros da equipa que realizou o trabalho de campo na aldeia. Os volumes agora publicados resultam das diferentes áreas de pesquisa, e constituem, no seu todo, a monografia de Vila Ruiva.

O trabalho que aqui se recenseia — o 3.º volume da colecção — é da autoria de Nuno Porto e engloba os aspectos referentes à construção social da sexuali-

dade, pretendendo analisar o processo de desenvolvimento das relações amorosas e a sua ligação à reprodução humana no seio do grupo social em estudo.

1. O texto de Nuno Porto constrói-se em dois registos: um, que se prende com o objecto da investigação, com o desvendar dos processos de construção do masculino e do feminino em Vila Ruiva; outro, que compreende uma reflexão sobre o percurso de pesquisa e a prática da observação participante.

Esta duplicidade está patente na própria organização do livro: do capítulo I ("Chegar") ao capítulo final ("Partir") o texto desenvolve-se em torno de outros três pontos — "O processo de trabalho agrícola", "Criar-se" e "Amar" — definindo as esferas e as etapas através das quais um indivíduo se faz homem ou mulher em Vila Ruiva.

São-nos, deste modo, simultaneamente expostos dois processos de crescimento: um, o dos habitantes da aldeia, outro o do investigador, que, chegando adulto a uma cultura que não é a sua, nela se torna criança pela incompreensão inicial dos processos que a enformam, até que os seus conhecimentos lhe permitam atingir uma estatura de adulto no contexto cultural que o acolhe.

Nuno Porto tece algumas considerações interessantes, nomeadamente, nos capítulos inicial e final, acerca do modo como se realiza, para o sujeito investigador, o processo de (re)conhecimento de um universo cultural que lhe é inicialmente estranho. Contudo, o diálogo experiência/interpretação, indissociável da prática da observação participante, estabelece-se, ao longo do texto, com algumas dificuldades.

Dos contactos iniciais com a população de Vila Ruiva a primeira "impressão" (p. 14) que fica ao investigador é a de que a vida

dos habitantes da aldeia "parecia suster a sua acção às famílias surgindo como actores enquanto pais, maridos ou mulheres, tios ou tias, compadres ou comadres, filhos ou filhas. Como se as pessoas apenas fossem na medida em que se situavam face aos outros como membros de uma família" (p. 14).

Esta percepção de um determinado modelo específico de conduta relacional leva o autor à procura de um contexto mais vasto, no qual as particularidades de Vila Ruiva adquiram um outro significado, participante da realidade histórico-social portuguesa, relativamente às relações familiares. A questão do autor é saber de que modo as ideias de família, construídas no discurso letrado, quer no campo laico, quer no religioso, "servem a vida das populações que, como esta Vila Ruiva, não se encontram em condições de acesso ao diálogo com as formas eruditas de construção da realidade" (p.25).

A resposta é "imediate" e dada pelos registos paroquiais: "a opção própria dos habitantes (...) recai sobre a linguagem religiosa como constitutiva da sua integração no universo social para constituição da família" (p. 25). O modelo familiar predominante em Vila Ruiva é, pois, informado pelo modelo religioso, que se centra na constituição de uma família nuclearizada onde papéis masculinos e femininos são claramente diferenciados.

Confrontado com um quotidiano onde as relações entre as pessoas, e entre as pessoas e as coisas, são dominadas pelas relações parentais, onde os termos destas relações surgem, por outro lado, "adjudicados a funções, a actividades concretas, que interligam a composição de cada grupo com a aparente separação de esferas da actividade informadas por um sentido sexual" (p. 27), o autor vai procurar a família "como produtora de sentidos sexuais" (p. 27), propondo-se fazer uma leitura das relações familiares que "equacionasse a construção do género sexual, na medida em que a sua especificação em relação, promove correlativas conjunturais entre o masculino e o feminino e a família e a ordem da sociedade" (p. 27).

O autor assume aqui uma noção lata de comunidade (p. 27), subentendendo a possibilidade de um diálogo que tem por interlocutores Estado e Igreja, de um lado, e Vila Ruiva, do outro. Esta intenção perde-se, no entanto, ao longo do texto,

dado que raras vezes processos exteriores ao espaço aldeão são integrados na descrição/explicação das formas sociais aí existentes.

2. Ao longo do segundo e terceiro capítulos, o autor pretende dar a conhecer os processos através dos quais se constroem as identidades masculina e feminina em Vila Ruiva.

Sendo o trabalho agrícola a actividade produtiva dominante na aldeia, os indivíduos são um recurso fundamental cuja substituição tem de ser cuidadosamente assegurada. Assim, ao longo do seu ciclo de vida cada um é preparado para ser diferentemente homem ou mulher, de modo a que a aquisição individual de capacidades e qualidades dê continuidade ao grupo em que se insere.

Num quotidiano onde produção e reprodução andam a par, a diferenciação das tarefas segundo o sexo "promove a formulação da identidade sexual, enquanto repositório natural de capacidades específicas" (p. 40).

Na situação de trabalho agrícola as actividades que requerem saber e força ficam a cargo dos homens, criando uma "situação prática de autoridade masculina a que se subordinam as actividades femininas, tomadas como subsidiárias ou complementares" (p. 39).

Mas se o grupo de trabalho é o contexto onde se materializa o saber adscrito ao estatuto de cada indivíduo, é no grupo doméstico que este adquire uma significação. Os papéis masculinos e femininos definem-se no interior da unidade familiar, pelos contributos diferenciados na manutenção do grupo doméstico: o homem é responsável pelo sustento do lar, a mulher pelo seu funcionamento interno, devendo garantir as condições de vida dos seus membros. Demarcam-se, assim, um lado público masculino e um lado privado feminino.

Seria interessante analisar, neste ponto, tal como o fazem, por exemplo, João Pina-Cabral quanto aos camponeses do Alto Minho, ou Ana Nunes de Almeida, num contexto urbano, de que modo o domínio da gestão do grupo doméstico por parte da mulher influi nas relações de poder no interior da família.

Em Vila Ruiva, a construção do masculino e do feminino, rege-se, pois, pelo estatuto

do indivíduo no interior do grupo doméstico. Este estatuto assume, contudo, um carácter conjuntural. Como também faz notar Pina-Cabral, na ausência do elemento masculino, a mulher assume as tarefas do pai ou marido ausente. No entanto, em Vila Ruiva o reequacionar dos papéis femininos limita-se ao universo familiar, os seus limites de acção e relação social não ultrapassam a esfera privada do grupo doméstico. O lado público, que Pina-Cabral sublinha nas mulheres minhotas, não é aqui visível.

A distinção sexuada de papéis faz-se tanto mais cedo quanto seja possível diferenciar tarefas no grupo de irmãos (p. 56). Uma vez na "idade da razão", marcada pela cerimónia da primeira comunhão, a socialização de cada um seguirá a oposição trabalho agrícola/ trabalho doméstico.

Enquanto período de consolidação das aptidões necessárias à formação de um novo grupo doméstico, a adolescência adquire, no interior da comunidade, codificações sexualmente diferenciadas. Para os rapazes este é o momento da experimentação das normas e valores do universo dos adultos, a sua sociabilidade é preferencialmente mantida fora do grupo doméstico. Pelo contrário, as raparigas estão sujeitas à tutela da família, o seu comportamento é rigorosamente viado.

O conhecimento escolar surge, deste ponto de vista, desvalorizado, enquanto promotor de formas de sociabilidade que radicam na indistinção sexual.

A tese central, que Nuno Porto pretende desenvolver ao longo dois capítulos de que aqui se falou é a de que a formalização do processo de produção e transmissão de saberes se faz no campo da afectividade.

Segundo o autor as relações entre os diferentes indivíduos e grupos domésticos que formam um grupo de trabalho não podem ser "correctamente descritas se tratadas como relações de produção, sequer enquanto relações de trabalho", mas antes como "relações afectivas, às quais os factos associam um carácter instrumental" (p. 52). É numa ordem afectiva que se processa "a instituição de competências, a adscrição de funções, a distinção de procedimentos produtivos em

articulação com o reconhecimento de aptidões para os realizar" (p. 52).

Neste contexto, a aquisição de capacidades individuais faz-se também num "universo de relações com outros, classificados sob a ordem da afectividade" (p. 78). As diferenças na aprendizagem masculina e feminina são fundamentais na definição da ordem de afectos que o autor explora seguidamente: a área das relações amorosas.

3. Sendo o tema que se apresentou ao autor de mais difícil abordagem na relação com os habitantes da aldeia (p. 91), a análise da experiência amorosa é também aquela em que o texto se revela mais frágil. Não penso, no entanto, que o facto se deva às vicissitudes do trabalho de campo, mas, antes, a algumas dificuldades no diálogo experiência/interpretação a que me referi de início.

Nuno Porto constrói a sua análise na tríade corpo-coração-razão. O autor encontra em Vila Ruiva a separação procriação/paixão amorosa que O'Neill constata também em Fontelas.

O "amor aprendido", guardado na memória e refendo como exemplo, é identificado com a experiência reprodutiva. A relação afectiva adquire expressão como elemento de verificação social do valor do indivíduo, na medida em que a sua prática materializa a continuidade de um grupo. O amor entre dois indivíduos nunca se estabelece, assim, como um universo privado. O processo de autonomização dos indivíduos face aos seus grupos domésticos de origem, pelo casamento, está subordinado ao modelo socialmente reconhecido como eficaz: o amor será conjugal, monogâmico e perante Deus, reprodutivo e eterno (p. 85).

A percepção da conjugalidade é submetida à experiência da maternidade e da paternidade. Com o nascimento dos filhos cumpre-se uma sexualidade reprodutiva, um desafio sexual para o qual tende a preparação de cada um, uma vez que, das capacidades necessárias à formação do grupo doméstico, esta é aquela que, no momento do casamento, falta testar (p. 88).

Valorizada na reprodução, a sexualidade demite-se, assim, do prazer, dimensão que, por se inscrever numa estratégia de individualização distante das relações de

solidariedade (parentais, de amor, de amizade, etc.), é condenada.

A conclusão a que Nuno Porto chega ao estudar o processo de desenvolvimento das emoções é a de que, sendo a relação amorosa, nas suas diferentes facetas, encarada como diferentes formas de equilíbrio entre "a razão e o coração", a emotividade submete-se sempre aos designios da razão. A meu ver, é este conceito de "razão" que se apresenta como demasiado frágil.

288 Que racionalidade orienta os habitantes da aldeia na construção das suas emoções? na escolha dos seus parceiros amorosos? Enquanto modo de assegurar a continuidade do grupo, a racionalidade reprodutiva é necessariamente fulcral. Mas que princípios regem esta "razão"? Económicos? sociais? éticos? A sua explicitação exigiria a análise de vertentes como a relação matrimónio/ património, padrões de casamento, formas de residência, que o autor deixa de fora na sua pesquisa.

Seria também importante explorar de que forma o contacto dos jovens com outros contextos sociais fora do espaço aldeão introduz alterações no modelo apresentado pelo autor, que, por vezes, nos dá a sensação de estudar a comunidade, não hoje, mas na sua forma "pura" do passado. ■

Silvia Portugal

---

Paul Vieille e Farhad Khosrokhavar, *Le discours populaire de la révolution iranienne*, Paris: Ed. Contemporanéité, 1990 (vol. 1: *Commentaire*, 362 pp.; vol. 2: *Entretiens*, 364 pp.).

---

A obra acaba de ser publicada em França, em dois volumes. Um primeiro intitulado *Commentaire*, onde se faz uma análise sócio-antropológica da revolução iraniana, e o segundo reunindo dezoito entrevistas, individuais e colectivas, feitas a membros das classes populares alguns meses após a queda do Xá, isto é, na altura em que a palavra traduzia a efervescência revolucionária e em que todos encaravam o futuro sem qualquer espécie de retracção. Estas entrevistas semi-centradas estão na base da interpretação feita no primeiro

volume. Ela traz-nos uma novidade: a análise do discurso do povo na altura da revolução esclarece melhor do que nunca dois problemas que permanecem muitas vezes confusos ou são pervertidos numa abordagem do fenómeno social:

a—A eclosão da revolução iraniana de 1978-79 desconcertou os observadores. Nada a fazia prever, numa sociedade onde reinava sem restrição, praticamente sem oposição organizada, um dos despotismos mais enraizados do mundo. No espaço de um ano, um regime totalitário, policial, armado até aos dentes, desabou sob a pressão não violenta do povo, das massas. Os termos *povo*, *massas*, utilizados de forma mágica pelas organizações marxistas, tinham acabado por perder todo o significado. A revolução iraniana mostrava bruscamente o povo, as massas, como uma realidade concreta, como agentes da história. Nestas entrevistas, as camadas populares exprimem a sua esperança mais universal e mais viva ao transformarem as suas representações do Islão. A revolução iraniana está enraizada na vida quotidiana de uma nova sociedade urbana, onde os indivíduos procuraram novas formas de organização e transformaram a sua cultura conferindo ao Islão o estatuto de um discurso aberto à utopia, isto é, aberto à reivindicação da criatividade e da liberdade, a um outro concreto onde reine a dignidade humana. A concretização, a esperança mais jovem foi contida pela reconstituição do Estado autoritário, sob a hegemonia do clero apoiado numa fracção das classes populares. A linguagem da revolução foi, a partir desse momento, totalmente subvertida. É, contudo, num sentido planetário que o discurso popular da revolução iraniana transforma radicalmente as nossas representações intelectuais do povo e da função dos intelectuais.

b—Surgiram rapidamente dúvidas acerca da revolução iraniana, sobretudo aos olhos daqueles que têm o hábito inveterado de interpretar o fenómeno social a partir do exterior, com um espírito hegemónico. De resto, os estudos até agora consagrados à revolução iraniana apresentavam-na como anti-modernista, como tentativa de retorno às antigas instituições desorganizadas devido a uma modernização demasiado rápida. Estas interpretações partem do pressuposto de que esta revolução foi dirigida pelos religiosos xiitas, o que, evidentemente, reduz as classes populares a uma massa